



***JORGE BOEIRA GOVERNADOR
DALMO CLARO DE OLIVEIRA VICE***

 **PROJETO
CATARINENSE
DESENVOLVIMENTO**

SANTA CATARINA PARA QUEM TRABALHA E QUEM PRODUZ

**PARTIDO DEMOCRATICO
TRABALHISTA - 12**

Introdução

Este Projeto Catarinense de Desenvolvimento do PDT é fruto sobretudo do desejo dos correligionários por um estado de Santa Catarina que atinja todo seu potencial industrial, educacional e cívico. Os parâmetros e princípios deste plano de governo se baseiam no Nacionalismo e no Trabalhismo, tendo como inspiração o Projeto Nacional de Desenvolvimento de Ciro Gomes. Trata-se portanto de um plano desenvolvimentista.

O Partido Democrático Trabalhista tem um projeto de país soberano há quase 100 anos que já nos trouxe inúmeros avanços em termos de organização do estado, da sociedade e dos nossos direitos. É o projeto que o PDT tem oferecido ao país que está sendo dilapidado e atacado. É o Plano do PDT de dar soberania a este país através da educação pública de qualidade, que está sendo adiado. É o plano de um Estado forte e indutor da economia que está sendo vendido. É o plano de criar condições dignas de vida dando direitos aos trabalhadores que está sendo destruído. Querem impedir a discussão de um plano para o Brasil como país soberano e autônomo, competindo de igual para igual com outras nações. Até quando?

O mundo já tem disponível inúmeras práticas de gestão e de relação de parceria entre público e privado profundamente modernas e democráticas. Chegou a hora de aplicá-las à Santa Catarina.

Desta forma, nos impomos aqui primeiro o objetivo da construção de um plano que possa representar o melhor para nosso estado e seu povo. Assim este programa tem como objetivos finais:

- A educação pública;
- A disponibilidade de acesso a emprego justo, legal e bem remunerado;
- A economia verde, envolvendo sustentabilidade, saneamento, educação ambiental, proteção ao meio ambiente;
- A centralidade da infraestrutura logística e da mobilidade urbana;

- A prioridade envolvendo a questão de saúde básica e o atendimento às pessoas vulneráveis;
- As dimensões fundamentais de segurança pública, o combate ao crime e o combate à corrupção.

O estado de Santa Catarina é fruto de um sistema complexo que é resultante de diferentes colonizações e estruturas geográficas, isto é, devemos compreender que apesar de parcialmente equânime em relação aos indicadores socioeconômicos como Renda, IDH, expectativa de vida e etc, ainda assim existem certas desigualdades que merecem a atenção de um governo Trabalhista liderado por um candidato como Jorge Boeira que se preocupa com a vida e a dignidade do catarinense. Querendo construir uma **Santa Catarina para quem trabalha e para quem produz**.

Esse território pertence a uma diversidade de povos, com diferentes condições regionais, culturais e sociais, implicando em dinâmicas variadas de geração de emprego e renda, o que ocasiona ao estado uma diversificação produtiva que merece ser aprimorada e que já abrange a indústria de transformação têxtil e metal mecânica, a agroindústria de pequena propriedade ou de grande porte, além do turismo, da pesca, do comércio, acrescidos mais recentemente de polos de tecnologia da informação e comunicação.

Voltando ao nosso norte, é fundamental lembrar que o trabalhismo é sem sombra de dúvidas o motor da modernidade no trato da coisa pública desde suas origens, sendo responsável pela industrialização do Brasil e o avanço da nação, não se restringindo a conceitos distorcidos a respeito da relação entre o público e o privado. Nesse sentido, compreendemos que a parceria entre o poder público e a iniciativa privada forja uma classe industrial dinâmica que é o farol da renovação nacional e catarinense. Estamos em um estado que é modelo do trabalhismo, mas que ainda pode ser aprimorado.

Tendo em vista que o nosso mote é uma **Santa Catarina para quem trabalha e para quem produz**, a educação integral deve ser o horizonte imediato para o salto que nosso Estado precisa.

Quando se fala em educação, o Partido Democrático Trabalhista tem em seu currículo a experiência exitosa dos CIEPs no Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Nesse sentido, o CIEP é o centro de um Programa Especial de Educação amplamente planejado que envolveu coordenação integrada,

material didático impresso, jogos inteligentes, ensino múltiplo (envolvendo a criação de dicionários pela turma), aprofundamento do saber, teleducação, estudo dirigido, bibliotecas, animação cultural com agentes locais, cuidado com a saúde, alunos residentes e ginásios públicos, que, após três décadas, continua sendo a proposta mais avançada que o Brasil já viu.

É impossível falar em desenvolvimento cultural, econômico e social sem abordar também os laços com a saúde. Por direito constitucional, a saúde é direito de todos e dever do Estado provê-la por meio de ações de promoção, proteção e recuperação. No Brasil o SUS se consolidou não apenas como uma política pública assistencial, mas como uma ferramenta de combate às desigualdades sociais. Aliada às ações de assistência social e de previdência forma a chamada seguridade social. Santa Catarina consolida-se um estado com bons indicadores em saúde quando comparados com outros estados, porém precisamos alcançar patamares de acesso e atendimento básicos universais. Ainda há gargalos no sistema hospitalar, no sistema Lacen (Laboratório Central) e no apoio aos municípios, os executores das ações. Compreendendo todas estas contradições e particularidades regionais e temáticas, nos impomos como método um processo colegiado, no qual foram instituídos doze núcleos de base, voltados ao estudo de diferentes aspectos históricos, econômicos, culturais e sociais do povo catarinense. O trabalho foi dividido em etapas e reuniu contribuições de filiados, militantes e simpatizantes vinculados aos seguintes eixos:

- Geração de empregos;
- Recuperação e modernização da infraestrutura;
- Desenvolvimento e meio ambiente;
- Ciência, tecnologia e inovação;
- Educação;
- Saúde;
- Combate ao crime;
- Programas sociais;
- Cultura;
- Diversidade;
- Combate à corrupção;
- Articulação regional, nacional e internacional.

Segue-se uma síntese dessas propostas para uma **Santa Catarina para quem trabalha e quem produz:**

Propostas

Desenvolvimento e geração de emprego

1. Construir 6 centros agroindustriais beneficiando as potencialidades regionais;
2. Tirar do papel a ferrovia do Frango;
3. Criar o laboratório central da indústria catarinense, incluindo nossos estudantes de engenharia química, engenharia de produção etc., através de bolsas FAPESC e de empresas a serviço da indústria e inovação catarinense;
4. Criação do polo tecnológico industrial de Saúde do Sul do estado e da Fundação Zilda Arns;
5. Programa gente nossa, instalando infraestruturas de estado nas cidades de 20 a 60 mil habitantes fortalecendo as indústrias de construção civil;
6. Criar aplicativo estadual de deslocamento por demanda com taxa até 5x menor que a aplicada pelo aplicativo internacional;
7. Trabalhar em cooperação com as empresas de tecnologia para atrair mão de obra altamente qualificada em TI para o promissor mercado catarinense e promover a interiorização dos polos tecnológicos;
8. Programa Tech Catarina levando a formação de mão de obra em TI para o interior do estado, principalmente cidades de Médio Porte, presencial e remoto;

9. Criar redes catarinenses que promovam o desenvolvimento da economia do conhecimento, da cultura e da inovação a partir de coworkings distribuídos em municípios cuja população contenha no mínimo 40 mil hab., e no máximo 70 mil hab;
10. Criar um aplicativo Viaje + SC 2.0 - Hospedagens por demanda - taxa inferior ao mercado;
11. Promover Feiras “Negócio Catarina” - Feiras Setoriais Nos centros de eventos;
12. Programa cultural, educacional e ecológico envolvendo a concessão e construção de Parques e infraestrutura de Turismo;

Educação

1. Programa que vise a diminuição da porcentagem dos professores temporários da rede pública de educação estadual de nível médio e superior;
2. Valorização e fortalecimento das Universidades Comunitárias e das Fundações Educacionais sem fins lucrativos;
3. Parceria com as prefeituras para a implementação gradual do modelo de escola de turno integral tendo como apoio uma *Rede Estadual de Formação de Professores e de Gestores*;
4. Criação da escola necessária integral integral que seja capaz de formar para a nova Economia do Conhecimento, da Cultura e da Criatividade, atuando em parceria com a Rede Pública Estadual de Ensino;
5. Desenvolvimento de um Plano Estadual de Mediação de Conflitos nas Escolas;
6. Fomentar a criação de Grêmios Estudantis que são fundamentais ao exercício da cidadania;

7. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): ampliar e aprofundar a base existente, através de uma política sólida de formação continuada dos professores;
8. Formação crítica e coordenação para o Novo Ensino Médio;
9. Criação de um Fórum Permanente da Educação no Estado que promova o diálogo multinível sobre a formação humana;
10. Fomentar através da FAPESC uma política de pesquisa, ensino e extensão que contemple o professor do ensino médio e fundamental;
11. construir um Instituto Superior de Estudos Catarinenses para ter um espaço permanente de criação, inovação e transformação dos problemas que a sociedade catarinense enfrenta;
12. Regionalização, fortalecimento e destinação orçamentária com uma porcentagem fixa na LDO estadual para a UDESC;

Saúde

1. Ampliação da rede hospitalar do SUS de Santa Catarina, aumentando a oferta de leitos baseado nas realidades de cada região de saúde.
2. Estabelecer e executar a Política Estadual de Bem Estar Animal.
3. Realizar concursos públicos em todas as áreas necessárias na saúde do Estado;
4. Criar um programa de aporte financeiro para municípios que não possuem transporte público ou que esteja deficitário para a aquisição de veículos com

acessibilidade com o objetivo de melhorar o deslocamento para tratamento de saúde.

5. Garantir o investimento de 18% na saúde de Santa Catarina.
6. Criar o programa “Saúde eficiente”, com o objetivo de otimizar os processos gerenciais em saúde por meio de um modelo mais eficiente.
7. Ampliar os investimentos na Escola de Saúde Pública de Santa Catarina, criando pólos nos municípios de Joinville e Chapecó.
8. Articular com o governo federal a criação da Fiocruz no estado de Santa Catarina, com o objetivo de fomentar a pesquisa pública nacional e a produção de imunocomponentes e medicamentos;
9. Ampliar as estruturas dos Laboratórios Centrais em especial o LACEN da Região Oeste/Meio Oeste descentralizando a estrutura de Florianópolis;
10. Investimento maciço na reestruturação da Rede de Atenção às Urgências com vistas a: aquisição de novas ambulâncias para remoção tipo “A” e “B” para as regionais de saúde; diretrizes para funcionamento de pronto atendimentos e contratação de profissionais para a regulação do atendimento da rede;
11. Criação de um programa estadual que possa prever equipe mínima (psicologia, neurologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e pedagogia, fisioterapia entre outras) para atendimento de crianças com autismo, TDAH e outros transtornos mentais;
12. Elaboração e atualização de protocolos clínicos e terapêuticos, buscando um

maior apoio e direcionamento nos atendimentos clínicos e minimizando os processos de judicialização.;

Cidadania Plena; Diversidade; Cultura;

1. Criar um Fórum de Desenvolvimento Sustentável envolvendo manejo e contingência;
2. Estudar viabilidade de Restaurante Popular nas 20 maiores cidades, fortalecendo as iniciativas voltadas à segurança alimentar;
3. Estudar a viabilidade de implementação do programa de Mães Sociais e reserva orçamentária através de um Fundo Estadual da Mulher;
4. Garantir o Benefício Eventual para Indivíduos e Famílias em Situação de Vulnerabilidade Temporária;
5. Promover a construção de unidades habitacionais para população de baixa renda envolvendo um apoio sistemático à discussão sobre moradia e acesso à serviços de utilidade pública;
6. Fomento estadual à cultura e às artes necessários à preservação, à democratização e à inovação nesta área;
7. Fortalecer e ampliar políticas de proteção ao patrimônio cultural (material e imaterial) catarinense e brasileiro, por meio das instituições responsáveis;
8. Implantação, fortalecimento e ampliação das redes de combate à violência contra a mulher, incluindo a Casa da Mulher Brasileira e a Delegacia da Mulher, Criança e Idoso;

9. Apoio às Organizações da Sociedade Civil na luta pelos direitos civis e políticas públicas de pessoas LGBTQIA+, bem como fortalecimento dos Conselhos de Direitos já implantados;

10. Programa de Prevenção e Combate às Organizações Criminosas e Milícias;

11. Programa de Padronização de Protocolos de abordagem Policial em colaboração com as universidades e os comandantes estaduais. (Militares, Cíveis e Penais);

12. Discussão sobre reintegração na sociedade, medidas cautelares e requalificação estrutural dos estabelecimentos prisionais.